



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 568037 - SC (2020/0072832-9)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
BRUNA GUZZATTI DE BARROS VIEIRA
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : RODRIGO BARBOSA FERREIRA (PRESO)
CORRÉU : ELAINE CRISTINA DA SILVA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina.

O paciente foi condenado pela prática do crime previsto no art. 121, § 2º, I, do Código Penal e pretende, nesta impetração, a aplicação da fração de 1/6 atinente à menoridade relativa.

É o relatório.

Decido.

Em sede de *habeas corpus*, a prova deve ser pré-constituída e incontroversa, cabendo ao impetrante apresentar documentos suficientes à análise de eventual ilegalidade flagrante no ato atacado.

Na espécie, o processo não foi instruído com cópia do acórdão do Tribunal de origem, peça imprescindível para análise do *writ*.

Nesse sentido: AgRg no HC 438.187/PR, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 22/3/2018, DJe 27/3/2018; PET no HC 441.580/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 17/4/2018, DJe 27/4/2018).

Ante o exposto, **indefiro liminarmente** este *habeas corpus*.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 03 de abril de 2020.

Ministro Ribeiro Dantas

Relator